

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
...CORREIOS...

Distribuição gratuita

Código Ambiental de SC ganha apoio no Congresso Nacional

Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal mostram-se receptivos à legislação catarinense



Solon Soares

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), liderou, dia 29, comitiva catarinense a Brasília. O Código Ambiental de Santa Catarina, sancionado pelo governador Luiz Henrique da Silveira no último dia 13, ganhou apoio institucional dos presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP) e do Senado, José Sarney (PMDB/AC).

Os deputados também foram recebidos pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, e ainda tiveram encontro com o relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo PV contra o código, ministro Celso Mello, e com os ministros Carlos Ayres Britto, Marco Aurélio Mello e a ministra Ellen Gracie. Eles deixaram Brasília com sentimento de missão cumprida.

Num dos compromissos em Brasília, comitiva catarinense, liderada por presidente Jorginho Mello, se reúne com o presidente do Senado, José Sarney

Página 5

Gaspar cobra recursos para reconstrução

Miriam Zomer



Audiência pública tem participação da comunidade

Página 4

Ato público divulga mamografia pelo SUS

Página 4

Parlamento homenageia Petrelli

Página 11

Herneus aclamado conselheiro do TCE

Carlos Kilian



Eleito para nova missão, Herneus é deputado há 19 anos

Página 3

OPINIÃO

Logística Portuária

A vocação natural de nosso estado é tornar-se um prestador de serviços de logística portuária. Santa Catarina será o único estado brasileiro que terá efetivamente cinco portos até 2010. O nosso estado, que tem o melhor PIB do Brasil, que tem a melhor distribuição e socialização de renda, é uma grande porta de entrada e saída de mercadorias.

O debate sobre a logística portuária em Santa Catarina tem por objetivo principal o fortalecimento da infraestrutura, a logística, o incentivo ao turismo portuário, a proposta de projetos de leis de incentivos para investimentos no setor, além de garantir o crescimento e a qualidade da atividade em harmonia com organizações públicas e privadas, proporcionando às empresas oportunidade de negócio e o aumento da massa trabalhadora.

Nossos portos estarão entre

os dez de maior movimentação de contêineres do país. Os estados vizinhos possuem limitações importantes em suas estruturas portuárias atuais e possibilidades limitadas de expansão, o que lhes impõe o escoamento de seus produtos pelos portos catarinenses.

Santa Catarina possui um litoral extenso e com uma beleza natural exuberante, nos possibilita fortalecer o turismo através da implantação de porto turístico, com toda infraestrutura necessária para receber embarcações de qualquer tamanho.

Defendo a implantação de uma Secretaria de Assuntos Portuários para essa finalidade, que com toda a convicção, continuará sendo uma mola propulsora de desenvolvimento para o nosso estado através de um Planejamento e Gestão de desenvolvimento sustentável.

A indústria de logística por-

tuária e marítima compreende as mais diversas atividades relacionadas com a movimentação de cargas, de sua origem até o destino, envolvendo o transporte, o carregamento e o descarregamento das embarcações, agenciamento marítimo e cabotagem, dentre outras atividades. Serviços em sua maioria interdependentes, que podem ser prestados tanto por empresas que desempenham somente uma das atividades, quanto por operadores integrados, que conhecem e operam cada uma das etapas do processo.

O mundo cada vez mais se abre e o nosso estado precisa melhorar o serviço portuário para exportar e importar cargas em grandes volumes e a preços acessíveis à população.

**Deputado Serafim Venzon
líder do (PSDB)**

Catarinenses esperam fim do impasse burocrático

Depois de enfrentar a pior tragédia natural do Brasil, em novembro de 2008, os incansáveis moradores do Vale do Itajaí sofrem agora as consequências da tragédia da burocracia. Cinco meses depois do desastre, várias obras consideradas prioritárias ainda estão paradas, incluindo a recuperação de ruas, pontes e passarelas destruídas pela enchente e a construção de casas para os desabrigados. A esperança nascida da promessa do presidente Lula, feita no ano passado, de liberar R\$ 360 milhões por intermédio da Medida Provisória 448, foi substituída pela frustração.

Quase meio ano depois, por questões burocráticas, apenas R\$ 87,5 milhões, dos R\$ 360 milhões assegurados na MP 448, chegaram ao estado. Destes, R\$ 40 milhões foram utilizados para parte da infraestrutura, R\$ 2,5 milhões foram aplicados na organização de abrigos emergenciais e R\$ 45 milhões na remoção de entulhos e limpeza

de vias urbanas.

Em março ocorreu o primeiro grande entrave burocrático com a suspensão de 35 obras emergenciais de infraestrutura urbana. O motivo é que essas obras foram classificadas como "preventivas" e, segundo o Ministério da Integração Nacional, deveriam passar obrigatoriamente por licitação.

O Ministério recorreu à Lei 8.666/90, que previa a dispensa de licitação apenas em casos de reconstrução ou restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. O mal entendido provocou a reação da população, de senadores, deputados federais e estaduais que, juntos, conquistaram a dispensa das licitações.

Em abril, contudo, as regras voltaram a ser alteradas. O governo federal emperrou a liberação de R\$ 120 milhões – alegando que o uso do termo "obras de prevenção", utilizado nos projetos catarinenses, teria de ser substituído por "obras

de recuperação". O governo federal mudou também a característica do repasse, que deverá ser feito por meio de convênio com contrapartida de 1%.

Em Blumenau, o prejuízo chegou a R\$ 800 milhões, enquanto o orçamento da prefeitura não ultrapassa R\$ 300 milhões. Isto significa que para recuperar a cidade com recursos próprios seria necessário investir três anos consecutivos unicamente na reconstrução. Nesse período, escolas, creches e postos de saúde seriam fechados e os serviços de coleta de lixo e tratamento de água e esgoto seriam suspensos. O saldo, dos embates políticos e burocráticos, é o sofrimento do povo catarinense que, alheio a disputas partidárias ou ao desgaste da pesada máquina administrativa brasileira, espera soluções.

**Deputado Jean Kuhlmann
(DEM)**



Criada em 2001, mostra reúne 35 painéis sobre trajetória de político

Exposição itinerante
Mario Covas na Assembleia

Florianópolis abriu o ano de 2009 da exposição itinerante "Mario Covas - A ação conforme a pregação", que permanece no hall da Assembleia Legislativa até o dia 30 de abril. Os 35 painéis fotográficos em preto e branco retratam um pouco da trajetória política de um dos mais destacados homens públicos do país.

A mostra foi criada em 2001 para ser exposta na sede da Fundação Mario Covas, em São Paulo, mas, com o passar dos anos, houve a necessidade de torná-la itinerante. O objetivo

era atingir um número maior de pessoas, dando a oportunidade de conhecer a maneira como o ex-governador paulista lidava com a vida pública. Desde 2007, 13 cidades já acolheram a exposição, entre elas Porto Alegre, em novembro do ano passado.

Conforme Odair Campos, o coordenador do evento, Mario Covas continua vivo na memória das pessoas. Segundo ele, o título da exposição traduz a essência da vida do político. "A ação dele dependia da sua pregação, do que pensava, do que queria."

[AGENDA]

• **Dia 4 de maio, 19 horas** - Sessão especial em homenagem à Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC) pela passagem dos seus 50 anos
Local: Plenário Osni Régis

• **Dia 5, 19 horas** - Sessão especial em homenagem aos 35 anos da Acafe - Associação Catarinense das Fundações Educacionais
Local: Plenário Osni Régis

• **Dias 7, 8 e 9** - Encontro de Integração Sul-americana na saúde, nas questões aduaneiras e na legislação de trânsito. Promoção do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares Sul-americanos e do Mercosul (UPM) e Assembleia Legislativa
Local: CentroSul, Florianópolis

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Herneus é aclamado conselheiro do TCE

Deputado vai ocupar vaga de Moacir Bertoli; Andrino será efetivado, abrindo espaço para suplente

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado cinco vezes, Herneus foi o mais votado nas últimas eleições

Rodrigo Viegas

Aclamado com uma votação marcante, Herneus de Nadal foi eleito, dia 28, em sessão especial da Assembleia Legislativa, o novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC). Deputado estadual em sua quinta legislatura e o mais votado das últimas eleições parlamentares, Nadal vai assumir a vaga aberta depois do pedido de aposentadoria do conselheiro Moacir Bertoli.

Com a ida de Herneus para o TCE, que só depende agora da nomeação do governador do Estado, o deputado Edison Andrino (PMDB) será efetivado na vaga.

Dos 38 deputados presentes, 35 votaram em Herneus. Os candidatos Anadir Giancesini, Neli de Souza Pinto e Roberto Salum receberam cada qual um voto. Os deputados Renato Hinnig (PMDB) e Rogério Peninha Mendonça (PMDB) retiraram seus nomes do pleito antes da votação em favor do colega.

O relator da comissão especial,

deputado Elizeu Mattos (PMDB), não participou da votação em razão de viagem oficial ao Uruguai, bem como o deputado Dagomar Carneiro (PDT), que cumpre compromissos particulares no Acre.

Regimento

Programada para iniciar às 18 horas, a sessão especial foi antecipada para 17 horas em virtude de audiência pública em Gaspar sobre recursos para reconstrução do município atingido pelas chuvas.

O escrutínio foi realizado de forma secreta, em turno único, com os deputados sendo chamados um a um para depositar o voto em urna.

Presidente da comissão especial, o deputado Joares Ponticelli (PP) fez uma breve apresentação dos candidatos e do processo. O trâmite para a escolha do novo conselheiro obedeceu ao regimento interno da Assembleia, tendo em vista que é de competência do Legislativo a indicação

da primeira, segunda, quarta e quinta vagas, como estabelece o artigo 61, inciso I, do §3º.

Segundo Ponticelli, "todos os candidatos na disputa estavam habilitados a participar da escolha, obedecem aos requisitos e possuem currículo elogiável. A comissão, composta por sete parlamentares, realizou uma oitiva para questionamentos e cumpriu todos os encaminhamentos que regem a escolha do novo conselheiro".

Apurado o sufrágio, Herneus foi nomeado conselheiro e se despediu do Parlamento. "É um momento difícil de expressar os sentimentos, uma hora de alegria e de início de nostalgia. São 25 anos de vida pública. É uma oportunidade que nos permite continuar a servir o povo catarinense e é uma missão que encaro com humildade e simplicidade. Espero responder à altura e destaque o espírito de respeito mútuo, amizade e reverência deste Parlamento, independente de cores partidárias", afirmou.

Agradecimento aos pais

Emocionado com a escolha, Herneus de Nadal agradeceu aos pais pelo apoio incondicional e lembrou-se de suas origens: "Venho de uma cidade que não possui cinco mil eleitores, aonde meu pai chegou há 54 anos sem luz, água tratada e outras benesses. Meus pais me deram a força e me transmitiram a energia para trabalhar pela região Oeste. Fui prefeito de Caibi e recebi cinco mandatos no Legislativo, muito mais que mereço", discorreu.

O parlamentar, que deixa a liderança do governo na Casa, salientou que "a nova missão é

nobre e importante, mas confesso que tive dias de tristeza por conta do coração dividido entre minha comunidade, meus eleitores e a missão que me espera". Por fim, agradeceu cada momento de convivência e pediu forças para superar a distância que muito lhe marcará.

O presidente da Assembleia, deputado Jorginho Mello (PSDB), cumprimentou o novo conselheiro, a quem chamou de "companheiro exemplar, que vai deixar saudade pelo trabalho prestado ao povo catarinense".

Vinte e sete anos de trajetória política

Natural de Palmitos, Herneus é advogado formado pela Faculdade de Direito de Cruz Alta (RS). Iniciou carreira política já filiado ao PMDB e em seu primeiro teste nas urnas, em 1982, foi eleito prefeito de Caibi, no Oeste catarinense.

Deputado estadual por cinco mandatos consecutivos, chegou à Assembleia em 1990, com 15.587 votos. Na última eleição, em 2006, conquistou 72.093 votos - a maior votação da história do Parlamento estadual.

É o único representante do PMDB no Extremo-Oeste, motivo pelo qual tem sua base

política em mais de 50 municípios. Seu gabinete costuma ser uma verdadeira "embaixada" da região, sempre movimentado com visitantes dos mais diversos locais, registrando a presença de prefeitos e vereadores. Conhecido e respeitado como um habilidoso articulador, tem trânsito com políticos de todas as legendas e mantém sempre as portas abertas às lideranças representativas de quaisquer segmentos.

É líder do atual governo desde novembro de 2007, já tendo respondido pela função nos dois anos iniciais do primeiro

governo Luiz Henrique, em 2003 e 2004. Também foi por três anos líder de governo na gestão Paulo Afonso e líder da bancada do PMDB na Assembleia em 1999.

Estava integrando as comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Legislação Participativa e a de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia. Atuou, ainda, nas comissões de Agricultura, de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos. Foi vice-presidente da Assembleia, de fevereiro de 2005 a janeiro de 2007. É filho de Irma e Carlos de Nadal, casado com Laine de Nadal e tem três filhos.

As atribuições do Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas do Estado é um órgão público. Foi criado pela Lei Estadual n.º 1.366, de 04 de novembro de 1955, mas sua existência já estava prevista na Constituição Estadual de 1947. A função principal do TCE é fiscalizar o uso dos recursos públicos pelo Estado e pelos 293 municípios catarinenses. O objetivo é verificar se os administradores aplicam de acordo com a lei o dinheiro que todo cidadão entrega aos governos na forma de impostos.

Para dar conta da tarefa de fiscalizar quase 1.700 órgãos pú-

blicos do Estado e dos municípios e garantir à sociedade catarinense segurança quanto à correta aplicação do dinheiro público, o TCE conta com cerca de 500 servidores efetivos, entre conselheiros - sete integram o Tribunal Pleno, auditores e técnicos.

O Tribunal de Contas, que também apura denúncias de irregularidades na gestão de recursos públicos e responde a consultas para esclarecer dúvidas dos gestores públicos sobre a aplicação de leis e normas, ajuda a evitar desperdícios, desvios, fraudes e

atos de corrupção, inclusive, em licitações e obras públicas. Além dos administradores públicos, qualquer pessoa ou entidade que utilize recursos do Estado ou de um município tem que prestar contas ao Tribunal.

Ainda fiscaliza o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e verifica se o Estado e os municípios cumprem os limites de despesa com pessoal, se as câmaras de vereadores não gastam mais do que está definido na Lei e se os gestores obedecem aos limites para a contratação de empréstimos.

Carlos Kilian



Andrino, que se torna efetivo, com o futuro conselheiro do Tribunal de Contas

INSTITUCIONAL

Mulheres a partir de 40 anos têm assegurada mamografia no SUS

Ato destaca direito garantido por lei federal, que entrou em vigor dia 29, e permite também exame do colo de útero



Miriam Zomer

Deputada Professora Odete de Jesus comanda ato para divulgar lei e fortalecer luta contra o câncer em mulheres

Saiba mais sobre o câncer de mama e colo

O câncer de mama pode aparecer a partir dos 35 anos. Os sintomas podem ser os nódulos nos seios ou nas axilas, acompanhados ou não de dor. A pele pode ficar alterada, parecendo uma casca de laranja.

Depois de detectada a doença, através da mamografia, o primeiro passo é procurar um especialista. O tratamento básico é a cirurgia. Em alguns casos pode

ser realizada a mastectomia, ou seja, a retirada da mama. Acima de um centímetro, é indicado fazer a quimioterapia. O tratamento também pode ser feito com radioterapia e hormonioterapia.

Já o câncer de colo de útero tem vários fatores de risco, como o início precoce da atividade sexual, a multiplicidade de parceiros sexuais, o tabagismo, a higiene íntima inadequada e o uso pro-

longado de contraceptivos orais. É uma doença com 100% de cura quando identificada precocemente. Para detectar cedo é preciso a realização de um exame chamado de Papanicolaou.

O exame consiste na coleta de material citológico do colo do útero e as mulheres grávidas também podem realizar o exame. O exame não deve ser feito no período menstrual.

Desde o dia 29 de abril, todas as mulheres a partir de 40 anos têm direito à realização do exame de mamografia no Sistema Único de Saúde (SUS). O direito está garantido na Lei Federal 11.664/08, que entrou em vigor dia 29, que também permite a realização de exame de colo de útero, que serão oferecidos às mulheres que já iniciaram a vida sexual.

Para divulgar a informação, foi realizado um ato público no Plenarinho Paulo Stuart Wright, requerido pela deputada Professora Odete de Jesus (PRB).

“Nosso maior objetivo aqui é fazer com que a lei torne-se pública. As mulheres têm que saber sobre seus direitos garantidos. Temos que conter as mortes ocorridas por causa desse mal”, disse.

Segundo a parlamentar, o câncer de mama é a quarta causa de morte no Brasil, só perdendo para os acidentes automobilísticos, atropelamentos e assassinatos. “Pesquisas feitas pelo Ministério da Saúde apontam que cerca de 30% das mulheres brasileiras nunca realizaram exames de prevenção. São 3 milhões de mulheres correndo sérios riscos”. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há no Brasil cerca de 12,6 milhões de mulheres na faixa etária entre 40 e 49 anos.

A mamografia pode detectar alterações que não são percebidas pela mulher e pelo médico. Essas pequenas alterações são denominadas micro-calcificações pleomórficas, que podem indicar alterações benignas, pré-malignas ou alterações malignas, em sua fase inicial.

Membro do Conselho Nacional de Saúde, Clair Castilho Coelho, afirmou que o ato é um estímulo para a necessidade dos exames, já que o direito estava garantido no Plano Nacional de Saúde. “Muitas mulheres não estão informadas, outras têm vergonha. A incidência de mortes por essa causa é absurda e precisa ser freada”, falou.

Clair destacou que as unidades do SUS têm que estar preparadas para o exame e, principalmente, para o tratamento. “Não é só realizar o exame, mas fazer o tratamento, que pode resultar numa quimioterapia.”

A presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, Márcia Helena Barbosa, afirmou que em todo o Brasil, em média, 10 mil mulheres morrem por ano de câncer de mama. “Quando diagnosticado precocemente, há 90% de chance de cura. Em 2007, a Rede realizou, em Santa Catarina, mais de 90 mil exames de prevenção gratuitamente.

Fundação da Casan terá grupo de trabalho

Na luta em defesa do patrimônio e dos recursos financeiros da Fundação Casan (Fucas), foi realizada uma audiência pública dia 29, no Auditório Antonieta de Barros. Foi criado um grupo de trabalho para verificar qual a situação da fundação e qual o seu verdadeiro papel. Será constatado quem deve gerir os recursos financeiros e sua respectiva destinação, bem como avaliado patrimônio estimado em R\$ 50 milhões.

Num prazo de cerca de 90 dias, um relatório sobre a situação deverá ser apresentado. Parlamentares, representantes dos trabalhadores, da fundação, da Casan, do governo estadual, do Ministério Público e da Procuradoria Geral do Estado, foram convidados a fazer parte do grupo.

Representando a bancada do

PT, o deputado Pedro Uczai (PT) questionou a finalidade da fundação, o destino dos recursos financeiros e do seu patrimônio; Ele enfatizou a necessidade e a importância da audiência. “Vamos buscar solucionar de forma transparente essa questão”, disse Uczai.

Com o auditório lotado de funcionários da Casan, Odair Rogério da Silva, Jucélio Paladini e Roberto Ramos Schimidd, presidente, conselheiro e assessor jurídico, respectivamente, do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços de Água e Esgoto de Santa Catarina (Sintaema), se solidarizaram com as preocupações e reivindicações dos servidores. O presidente da Casan, Walmor de Luca, também se declarou inserido na luta.

A Fundação Casan (Fucas) foi instituída pela Companhia Cata-

rinense de Águas e Saneamento (Casan) em 26 de abril de 1977 e homologada, em 18 de novembro de 1977, como Entidade de Assistência Social de direito privado, sem fins econômicos, sob a forma de Fundação, nos moldes do Artigo 24 da Lei 3.071/1916, com aprovação do Ministério Público de Santa Catarina.

Função

Odair falou da constituição da fundação e esclareceu que, de acordo com o artigo 5º do estatuto da entidade, a sua finalidade é promover o bem-estar social dos beneficiários e administrar e supervisionar os serviços assistenciais aos seus empregados. Segundo ele, nos 39 anos da entidade, os trabalhadores contribuem, mensalmente, ano após ano, para consolidar



Alberto Neves

Funcionários da Casan participam de audiência em defesa do patrimônio

o patrimônio. Como exemplos, a contribuição individual de 1,7% para o plano de saúde e de 0,3% do salário para ser associado. Segundo ele, os benefícios estão se estendendo para a comunidade

em geral. “Não somos contra a inclusão e assistência social, mas não somos nós os responsáveis. Isso é de competência da União, dos estados e dos municípios”, disse.

INSTITUCIONAL



Fotos: Solon Soares

Comitiva catarinense, liderada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello, em audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer

Código Ambiental de Santa Catarina conquista apoio político em Brasília

Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal garantem apoio institucional à legislação catarinense

A comitiva parlamentar catarinense obteve dia 29 em Brasília as primeiras vitórias políticas do Código Ambiental de Santa Catarina: os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Michel Temer (PMDB) e José Sarney (PMDB), respectivamente, manifestaram seu apoio à iniciativa do Estado. Liderados pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), os representantes catarinenses defenderam na Capital Federal maior autonomia dos estados para legislar sobre o meio ambiente. Tiveram audiências com Sarney e Temer e ainda se encontraram com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, e outros ministros da Corte.

“Tanto a receptividade quanto o resultado das visitas à Câmara e ao Senado superaram nossas expectativas”, destacou Jorginho Mello. Sarney afirmou que Santa Catarina fez um “trabalho exemplar” com o Código. “Essa iniciativa vai frutificar em outros estados”, avaliou o senador.

Temer ressaltou que Santa Catarina “quer o bem do meio ambiente e dos produtores” e alertou para a necessidade de ampla argumentação técnica e jurídica para defender a legislação no Supremo. “Os parlamentares catarinenses saem daqui com o apoio

institucional da Câmara”, afirmou. No Senado, os deputados estaduais também acompanharam parte de uma audiência pública sobre o Código Florestal brasileiro.

Além do presidente do Parlamento catarinense, a comitiva foi formada pelos deputados estaduais Romildo Titon, Moacir Sopelsa e Antônio Aguiar, do PMDB, Serafin Venzon (PSDB), Silvio Dreveck (PP), Cesar Souza Júnior (DEM) e Narcizo Parisotto (PTB). O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) e os deputados federais catarinenses Paulo Bornhausen (DEM), Gervásio Silva (PSDB) e Celso Maldaner (PMDB) acompanharam as visitas.

Repercussão

Os deputados estaduais destacaram os cuidados jurídicos tomados durante o processo de elaboração da lei estadual e a repercussão nacional do Código Ambiental catarinense.

Satisfeitos com o resultado da missão, que consideraram bem-sucedida, eles deixaram Brasília com a certeza de que o Congresso Nacional está consciente de que o país não pode mais ficar refém de uma legislação ultrapassada. Eles prevêem como reflexo mudanças na Código Florestal Brasileiro, reeditado inúmeras vezes na forma de medida provisória.



Presidente Jorginho Mello entrega código catarinense para presidente do STF, ministro Gilmar Mendes

Presidente do STF recebe comitiva catarinense

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, recebeu cópia do Código Ambiental da comitiva formada por parlamentares catarinenses.

Eles defenderam a nova lei ambiental de Santa Catarina. No STF, o grupo também foi recebido pelo relator da Ação de Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo PV contra o Código Ambiental, ministro Celso de Mello, pelos ministros Carlos Ayres Britto e Marco Aurélio de

Mello, e pela ministra Ellen Gracie. Gilmar Mendes demonstrou ter conhecimento prévio sobre a matéria e adiantou que analisará o assunto com “cuidado e carinho”.

Os ministros foram receptivos e ouviram com atenção a defesa da comitiva por maior autonomia dos estados para legislar sobre o meio ambiente. Jorginho Mello destacou que muitas das críticas que vêm sendo feitas ao Código Ambiental estão baseadas em má inter-

pretação da matéria. “O código não estimula o desmatamento, apenas regulariza situações consolidadas”, explicou.

“Santa Catarina saiu na frente e deu um bom exemplo para o Brasil. Esperamos que o STF confirme que seja permitido, de agora em diante, que cada estado tenha a oportunidade de construir o seu próprio código ambiental, de acordo com seu tamanho, com suas peculiaridades, com suas dificuldades”, conclui Jorginho Mello.

Legislativo entra em ação para impulsionar economia do estado

Deputados trabalham em diversas frentes para reduzir impacto negativo da crise mundial

Rose Mary Paz Padilha

Preocupado com os reflexos da crise mundial na economia catarinense, o Legislativo estadual está empreendendo ações para que Santa Catarina reencontre o caminho da prosperidade. Os parlamentares têm avaliado o momento econômico que atravessa o estado e o país através de audiências públicas e instalado fóruns, como é o caso do Fórum Parlamentar da Logística Portuária, para ajudar a incrementar a receita do Estado.

De igual maneira, os deputados analisam pacote de projetos de origem do Executivo, que tem objetivo de elevar a receita do Estado. Entre os 40 projetos encaminhados à Assembleia para fomentar a arrecadação e estimular o setor privado a continuar investindo, está o Projeto de Lei Complementar nº 06/09, já aprovado em plenário, que trata da carreira de auditor fiscal da Receita Estadual, extingue cargos e institui mecanismos de acordo de resultados. Na esteira da crise, que também tem ingredientes locais como as catástrofes naturais que se abateram recentemente no estado, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por exemplo, realizou, dia 23, em Cunha Porã, audiência pública para avaliar as dificuldades econômicas que atravessam os produtores rurais. (leia matéria ao lado).

Outro mecanismo para incrementar a receita estadual foi a criação do Fórum Parlamentar da Logística Portuária, que busca o fortalecimento da infraestrutura portuária e logística dos cinco portos catarinenses: Itajaí, São Francisco do Sul, Itapoá, Navegantes e Imbituba. "A vocação do nosso estado em se tornar um importantíssimo prestador de serviços de logística portuária decorre do fato de Santa Catarina ser o único estado da Federação que terá cinco portos operantes até 2010", afirmou o presidente do Fórum, deputado Serafim Venzon (PSDB).

Crise portuária

O porto de Itajaí, considerado um dos mais importantes do país, foi seriamente prejudicado pelas chuvas que atingiram o estado em novembro do ano passado. O presidente da Federação das Indústrias

de Santa Catarina (FIESC), Alcantaro Corrêa, avalia que a redução no valor da movimentação no porto de Itajaí, de 62% na comparação do primeiro bimestre deste ano com igual período do ano passado, é uma mostra do impacto que a situação do complexo portuário tem para a economia catarinense.

Enquanto a corrente de comércio (importação mais exportação) movimentada no porto somou US\$ 1,678 bilhão nos primeiros dois meses de 2008, no primeiro bimestre de 2009 ficou em apenas US\$ 639 milhões. "Mesmo considerando a crise internacional, os números são expressivos. E as mercadorias que eram movimentadas pelo complexo portuário do rio Itajaí precisam ir a outros terminais, o que representa acréscimo de custos para a indústria, num momento em que o mercado internacional passa por dificuldades", afirmou Corrêa.

Em 2008, o porto de Itajaí movimentou cerca de 4% do total da corrente de comércio brasileira, com US\$ 11,3 bilhões e foi responsável por cerca de 60% da movimentação de frangos congelados do Brasil. Segundo o deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB), o Porto de Itajaí, que antes dos estragos provocados pelas enchentes de 2008 trabalhava com quatro berços, está operando com apenas um deles. "Com a finalização das obras de dragagem do Rio Itajaí o segundo berço do porto voltará a operar, permitindo o funcionamento de apenas 50% da sua capacidade de operação", explicou o parlamentar.



Presidente Jorginho Mello anuncia medida de contenção de gastos

Verba de gabinete é extinta no Parlamento

O atual momento econômico também levou o Parlamento catarinense a adotar medidas de contenção de gastos. A extinção da verba de gabinete, de R\$ 38 mil, foi anunciada pelo presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), no dia 23.

Dentro desse limite estava incluída a verba de subvenção social que cada deputado poderia destinar a entidades sociais sem fins lucrativos e que também foi cortada. "Essa não é uma função parlamentar", afirmou o presidente. O corte com este item deve gerar uma economia de R\$ 7,5 milhões este ano para a Assembleia Legislativa.

"Aqui nunca tivemos verba indenizatória, apenas verba de gabinete, que corresponde ao custeio do gabinete de cada parlamentar. As despesas, como telefone e correio, são comprovadas pelo deputado, mas pagas pela administração da Casa. Portanto, o parlamentar nunca recebeu e nem teve acesso direto aos recursos. Essa prática de custeio dos gabinetes permanecendo feita pela Casa, mas a figura da verba de gabinete foi eliminada para evitar uma interpretação equivocada", ressaltou.

De acordo com o presidente, o teto de R\$ 38 mil nunca foi alcançado pelos parlamentares estaduais catarinenses.

"Vamos dar as condições para o deputado exercer seu mandato e usar o bom senso quanto aos valores autorizados." Os gastos serão fiscalizados pelos setores responsáveis da Casa Legislativa e, de acordo com a média do valor utilizado pelos deputados até então, deverão ficar em torno dos R\$ 16 mil, informou Jorginho Mello.

Eram 10 os itens de gabinete pagos pela Casa Legislativa com a extinta verba de gabinete: correio, telefone, locação de automóvel, combustível, gráfica, almoxarifado, inscrição em cursos e eventos, viagens, diárias e passagens, estas exclusivamente ao deputado e servidores em viagens oficiais.



Deputados estão atentos aos desdobramentos da crise mundial no estado

Projetos devem ajudar arrecadação

Do pacote de 40 projetos enviados pelo Executivo à Assembleia para incrementar a receita do Estado, dois já foram aprovados em plenário. O primeiro, apreciado dia 15, foi o Projeto de Lei Complementar nº 06/09, que trata da carreira de auditor fiscal da Receita Estadual, extingue cargos e instituiu mecanismo de acordo de resultados.

No dia 28, o plenário aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 04/09, que busca, a exemplo do anterior, incrementar a arrecadação estadual – iniciativa que visa preparar Santa Catarina para as consequências que a crise mundial reserva para o país,

bem como melhorar a situação do Tesouro após as perdas com a enchente de 2008. O projeto também extingue cargos da Secretaria da Fazenda e institui mecanismo de acordo com os resultados, que poderá elevar os proventos dos analistas da Fazenda conforme o aumento da arrecadação.

Cinco deputados manifestaram-se contrários: os petistas Pedro Uczai, Jailson Lima, Pedro Baldissera e Dirceu Dresch e o pedetista Amauri Soares.

A bancada governista defendeu a matéria. Segundo o deputado Manoel Mota (PMDB) o PLC 04 ajusta e prepara a Fazenda para

superar a crise mundial.

Outras matérias

Tramitam nas comissões permanentes da Casa diversos projetos do Executivo, entre eles o Projeto de Lei Complementar nº 05/09, que cria o cargo de Analista do Tesouro Estadual da Secretaria da Fazenda; o Projeto de Lei nº 22/09, que altera a programação físico-financeira do Plano Plurianual (PPA 2008/2011) para obras de conservação e segurança rodoviária e o Projeto de Lei Complementar nº 07/09, que institui a Fundação de Amparo à Escola Nacional de Administração (ENA/Brasil).

Fazenda projeta crescimento de 12% para 2009

Apesar de acumular perdas de mais de R\$ 400 milhões entre os últimos dois meses de 2008 e até o momento, o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, projeta uma expectativa otimista para o comportamento da arrecadação em 2009, mesmo em cenário de crise. Com os novos mecanismos criados através da aprovação pela Assembleia Legislativa, de legislação prevendo acordo de resultados entre o Estado e servidores da Fazenda, Gavazzoni estima que a receita possa crescer 12%.

O otimismo deve-se à associação de um cenário mais positivo, com o aquecimento da

economia, e da conquista de resultados efetivos com o combate à sonegação fiscal, diminuindo a inadimplência. O secretário afirma que poderá se avançar em assuntos polêmicos como recuperação salarial de servidores e criar condições de passar por este momento sem contingenciar valores em áreas essenciais.

Gavazzoni conversou com os deputados da Comissão de Finanças e Tributação, em reunião do dia 30, para apresentação do desempenho fiscal do Estado no terceiro trimestre de 2008.

O cenário de perda de receita se manifestou apenas nos dois primeiros meses do quadrimestre

devido às enxurradas de novembro de 2008, atingindo, segundo o secretário, cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB), em 101 municípios que sofreram com as chuvas e desmoronamentos. "Somente em novembro e dezembro de 2008 as perdas chegaram a R\$ 200 milhões e, de janeiro a março deste ano, ultrapassam os R\$ 200 milhões. Esta conta ainda não está fechada."

Bom desempenho

Em 2008, Santa Catarina teve um ano bastante promissor, embaçado pelo aquecimento econômico dos seis anos anteriores, refletindo na arrecadação. Tanto que no

comparativo de desempenho do terceiro quadrimestre de 2007 e 2008, houve um crescimento de 24,06% em valor nominal e 18% em valor real, descontados os índices de inflação. O gasto com pessoal continua como a maior despesa do governo, chegando ao percentual de 37,51%.

Entre os questionamentos, o deputado Décio Góes (PT) cobrou explicações sobre benefícios fiscais pelo Estado. Gavazzoni explicou que o Estado é bem criterioso e que eles somente são concedidos dentro das regras de dois programas aprovados pelo Legislativo: Pró-Emprego e Prodec. (Scheila Dziedzic)

Audiência pública faz diagnóstico da crise na agricultura

Alvo de 9,58% das catástrofes climáticas no país, Santa Catarina amarga perdas no campo, refletindo no endividamento de produtores

Apesar de ocupar apenas 1,13% do território nacional, Santa Catarina, nos últimos seis anos, sofreu 9,58% das catástrofes ambientais que aconteceram no Brasil. Dos mais de 9 mil eventos climáticos do período, entre eles secas, enchentes, vendavais e tornados, 877 aconteceram no estado, atingindo lavouras e instalações rurais, afetando a produção agropecuária e produzindo um alto índice de endividamento, principalmente dos agricultores familiares, responsáveis por 90,5% do total dos estabelecimentos rurais catarinenses.

A situação, aliada à falta de uma política nacional de preços agrícolas, fez com que a Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia realizasse, dia 23, uma audiência pública em Cunha Porã, município da região Extremo-Oeste de Santa Catarina, para tratar do tema.

Com base na audiência, está sendo produzido um documento contendo as principais propostas e reivindicações do setor agrário catarinense. Entre as reivindicações estão a suspensão imediata de pagamento de todas as dívidas dos agricultores familiares e a liberação dos recursos para indenização do Proagro e Proagro Mais da safra 2008/2009, e recursos pendentes de safras anteriores.

O documento será encaminhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao ministro da Agricultura, Reinaldo Stephanie, e ao ministro do Desen-

volvimento Agrário, Guilherme Cassel.

O deputado Reno Caramori (PP), que presidiu a audiência e é vice-presidente da Comissão de Agricultura da Casa, elogiou a participação das entidades e da população, mas criticou a "ausência de representante do governo estadual e da Secretaria de Estado da Agricultura". O encontro, que aconteceu no Centro Esportivo e Recreativo Auriverde e contou com mais de mil participantes, teve a pre-

sença dos deputados federais Valdir Colatto (PMDB) e Celso Maldaner (PMDB), além de representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc), sindicato dos trabalhadores rurais da Microrregião Três Fronteiras, de São Miguel do Oeste e de Cunha Porã, Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc), Epagri, Banco do Brasil, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Ministério da Reforma Agrária.



Vice-presidente da Agricultura comandou reunião em Cunha Porã

Principais reivindicações

- Suspensão imediata de pagamento de todas as dívidas dos agricultores familiares;
- Imediata liberação dos recursos para indenização do Proagro e Proagro Mais, da safra 2008/2009, e pendentes de safras anteriores;
- Imediata revisão do modelo de Proagro, adequando-o à realidade da agricultura familiar, visto que o atual modelo não atende esta categoria;
- Pagamento de bônus de R\$ 15 mil ou até o valor das parcelas que vencerão até 30 de abril de 2010, para cada agricultor familiar que tenha contraído financiamento de custeio, investimentos e outros que se enquadrem na lei da agricultura familiar nº 11.326;
- Anistia dos empréstimos pessoais que foram contraídos junto ao BB e cooperativas de crédito, usados para quitar prestações de custeio e investimento da safra 2008/2009;
- Securitização, com 20 anos de prazo, e a concessão de bônus de 50% para pagamento em dia das parcelas, das dívidas de custeio e investimento já prorrogadas de safras anteriores, referente ao Pronaf e Proger Rural Familiar;
- Isenção do pagamento das parcelas vencidas ou a vencer em 2009 e 2010 do crédito fundiário e dos programas estaduais do troca-troca de calcário e de sementes;

INSTITUCIONAL

Fotos: Carlos Kilian



Pela segunda vez, Fórum Permanente que acompanha as obras de duplicação do trecho Sul da BR-101 inspeciona trabalho avaliando ritmo das obras e pontos a serem aperfeiçoados

Deputados e vereadores vistoriam obras na BR-101

Comitiva percorre 348 quilômetros da rodovia entre Osório, no Rio Grande do Sul, e Palhoça

Graziela May Pereira

Os 348 quilômetros da BR-101 que ligam a cidade do Osório, no Rio Grande do Sul, e o município de Palhoça, em Santa Catarina, foram percorridos dia 17 de abril pela comitiva integrada por deputados e vereadores dos dois estados em vistoria nas obras de duplicação da rodovia. A iniciativa da visita partiu do deputado Manoel Mota (PMDB), presidente do Fórum Permanente que acom-

panha as obras de duplicação do trecho Sul da BR-101.

Essa é a segunda inspeção realizada pelo Fórum. A primeira ocorreu em maio de 2007. "É um momento decisivo. São 17 anos de luta. A duplicação não vai só garantir a queda do número de acidentes. Ela vai gerar renda e empregos. Estamos aqui para fazer pressão", observou Mota.

A vistoria começou pela manhã, na cidade de Osório, de onde partiu um ônibus com vereadores. De acordo com o deputado gaúcho Paulo Azeredo (PDT), o movimento liderado pelo deputado Manoel Mota é de extrema importância para o desenvolvimento da região Sul do país, já que todo o comércio escoado pela rodovia. "No Rio Grande do Sul, temos muito problemas, mas posso citar um que está incomodando todos: a duplicação está passando no meio de muitas comunidades que estão enfrentando dificuldades com os acessos. Falta garantir a segurança de quem mora naquelas locais." O parlamentar citou o exemplo da comunidade de Terra de Areias onde o traçado da BR-101 deixou a escola de um lado e a comunidade de outro.

Escalas em Içara, Tubarão e Paulo Lopes

Em Santa Catarina, três locais foram inspecionados pelos quase 50 componentes da comitiva: Içara, Tubarão e Paulo Lopes. Na última escala, em Paulo Lopes, a comitiva fez uma panfletagem pedindo atenção aos usuários que utilizam a rodovia.

Uma oração em homenagem a todos aqueles que perderam a vida na BR-101 também foi feita pela comitiva. No final da viagem, o deputado Manoel Mota fez um balanço do que constatou na vistoria. De acordo com ele, o estado ainda precisa batalhar pelos túneis no Morro do Formigão, em Criciúma, e no Morro dos Cavalos, em Palhoça.

"O movimento realizado foi feito de forma harmoniosa. De forma justa. As empreiteiras estão precisando de um empurrão e é isso que estamos fazendo aqui. O dia de hoje foi muito rico. Tivemos a oportunidade de ver e acompanhar a obra de toda uma vida", observou.

Na comitiva, o vereador de Aranguá, Volnei Roniel Biachin da Silva (PMDB), acredita que o ritmo da obra esteja mais acelerado em Santa Catarina. "Podemos perceber que aqui no estado as coisas estão fluindo melhor."

O deputado estadual Décio Góes (PT), por sua vez, saiu em defesa do presidente Lula garantindo que o governo federal tem feito muito por Santa Catarina. "Nosso atual governo tem trabalhado muito pela duplicação da BR-101 e ela está acontecendo. É claro que sabemos que há empreiteiras que estão com certa morosidade no andamento das obras e é por isso que estamos aqui: para pedir agilidade", disse.

No dia 18, uma audiência pública reuniu os vereadores que integraram a comitiva. No encontro, eles elaboraram um documento apontando problemas da rodovia. O documento deverá ser entregue ao ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento.

Túnel em trecho gaúcho preocupa parlamentares

De todos os quatro pontos visitados pela comitiva, o que mais causou preocupação foi o túnel do município de Maquiné, no litoral Norte do Rio Grande do Sul. O engenheiro responsável pela obra, Gian Paolo Motosi, da empreiteira Queiroz Galvão, afirmou que, apesar de a obra estar atrasada, até a metade do ano que vem a parte estrutural deve estar concluída.

"A escavação deve terminar no mês que vem. Na sequência vem a parte de concretagem. Os problemas que ainda precisam ser resolvidos com uma nova licitação são a parte da segurança, ventilação e iluminação", enumerou.

O presidente da Câmara de Vereadores de Osório, Ivan Borba (PDT), chamou atenção para o acostamento da rodovia, que tem 20 centímetros de diferença para o asfalto. "As empreiteiras que estão trabalhando no nosso estado precisam estar mais atentas a esses detalhes, pois deles depende a segurança daqueles que transitam pela rodovia." No Rio Grande do Sul, além de Maquiné, a vistoria foi realizada nos municípios de Terras de Areias, Três Cachoeiras e Dom Pedro de Alcântara.



Deputado Mota à frente da comitiva

Assinadas ordens de serviço para duplicação de trechos da BR-470

Audiência pública em Rio do Sul faz balanço de obras e aponta problemas em pontos isolados

Carlos Kilian

A luta pela duplicação da BR-470 teve mais um capítulo na história de longos anos. Uma audiência pública realizada no auditório da Unidavi, em Rio do Sul, dia 27, promovida pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa, debateu o tema com lideranças e a comunidade em geral.

Duas ordens de serviço contratadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) através do superintendente, João José dos Santos, foram assinadas na ocasião.

A primeira diz respeito ao projeto executivo de duplicação do trecho de 74 quilômetros, entre Navegantes e Indaial, que será entregue pela empresa responsável em oito meses, ou seja, até dezembro deste ano. A segunda dá sinal verde para que seja realizado em 90 dias um projeto de estudo da viabilidade econômica de toda a extensão.

Para o deputado Jean Kuhlmann (DEM), presidente do Fórum Parlamentar Estadual para a Duplicação da BR-470, o encontro tinha como foco a discussão da duplicação da rodovia como um todo, mas problemas em pontos

isolados também foram discutidos. Como exemplo, o questionamento quanto a quem cabe a responsabilidade de executar obras como o trevo de Lontras, um dos pontos de intersecção da rodovia. Segundo ele, "a competência é da União e não da prefeitura, como apontou o DNIT".

O democrata pretende, agora, agendar uma reunião com o fórum e apresentar o resultado da audiência realizada em Rio do Sul. Importante ligação do Sul do país, a BR-470 escoia boa parte da produção agrícola e industrial da região. Em toda a sua extensão, a rodovia tem 472,3 Km, ligando Navegantes, no litoral Norte catarinense, a Camaquã, na serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. Parte do trecho que corta o estado vizinho está sob administração do governo estadual e por isso recebe a denominação de RST-470.

O grande fluxo de veículos na BR-470, na maior parte de caminhões, e o fato de a rodovia ter pistas simples, coloca este trecho como um dos mais perigosos, sendo comum a ocorrência de acidentes graves. Este cenário vem motivando a luta pela duplicação há mais de uma década.



Importante ligação do Sul do país, rodovia escoia boa parte da produção agrícola e industrial da região

Trecho entre Navegantes e divisa com RS revitalizados

A BR-470 deve passar por uma revitalização entre Navegantes e a divisa com o Rio Grande do Sul antes mesmo da duplicação. A previsão é de que os 358,9 quilômetros recebam melhorias orçadas em R\$ 30 milhões.

Antes da assinatura da ordem de serviço, a comitiva formada por engenheiros do DNIT e pela senadora Ideli Salvatti (PT/SC)

visitou as obras emergenciais na BR-470 em trechos de deslizamento em decorrência da enchente de novembro.

As obras de contenção de encostas e aterros em seis pontos de Navegantes, Gaspar, Blumenau e Rodeio devem ser concluídas até julho. A construção do Viaduto da Mafisa, em Blumenau, também foi acompanhada pela comitiva. Esses

trabalhos devem ser entregues até o final do ano. "Não se pode pular etapas para construir ou duplicar rodovias. O governo Lula realiza as coisas dentro do que determinam a legislação e os estudos técnicos. Querer que uma duplicação seja feita de um dia para o outro significa irresponsabilidade, falta de visão e de compromisso efetivo com a população", sintetizou Ideli.

Joinville debate implantação de Defensoria Pública em SC

A implantação da Defensoria Pública em Santa Catarina foi debatida, dia 22, em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT). O debate reuniu juizes, advogados, procuradores do Estado, deputados e vereadores, bem como representantes da sociedade civil.

A reunião decidiu pela realização de um abaixo-assinado para colher assinaturas em prol do projeto de lei, de iniciativa popular, para implantar a Defensoria Pública em Santa Catarina. Ainda foi programada uma audiência pública em Florianópolis no Dia do Defensor Público, 19 de maio. A sociedade quer a continuação do diálogo com a Ordem dos

Advogados do Brasil, seccional Santa Catarina (OAB/SC), sobre a possibilidade de apoio à criação da Defensoria Pública, assim como uma garantia por parte dos parlamentares de recursos destinados a estes serviços no orçamento de 2010.

Movimento

O proponente da audiência, deputado Pedro Uczai (PT), comemorou a ampla representatividade dos participantes do evento, que culminou na consolidação do movimento em prol do novo modelo. Ele ressaltou que Santa Catarina é o único estado do país que ainda não implantou a Defensoria Pública, e por este motivo descumprir um dos dispositivos da Constituição Federal de 1988. "A Defensoria Pública concede o acesso à

Justiça aos menos favorecidos, ela também age de forma preventiva, orientando os direitos, dando auxílio jurídico e trabalhando nos direitos coletivos difusos, enquanto a defensoria dativa só trabalha em causas individuais", explicou.



Ana Paula: abaixo-assinado

Uczai quer implantação gradativa

O deputado Pedro Uczai sugeriu que a Defensoria Pública seja implantada de forma gradativa, respeitando o trabalho realizado pela defensoria dativa, incorporando questões positivas do modelo utilizado no estado.

Ele afirmou que houve avanço da OAB na discussão, lembrando que a entidade se colocou, desde o início dos debates contra a instalação da Defensoria Pública.

"A defensoria dativa responde parte das necessidades dos cidadãos. Ela não orienta a sociedade, não faz o debate sobre o acesso à Justiça, e não trabalha em ações coletivas. A Defensoria Pública serve para defender quem não tem condições de pagar pela sua defesa. Outro ponto importante é que os defensores serão selecionados através de concurso público, enquanto os dativos são administrados por órgão privado, a OAB", observou.

Para a deputada Ana Paula, com a realização da audiência o Legislativo atendeu a um apelo

da sociedade, que deseja o atendimento há muito tempo. "Desde os primeiros debates até agora houve avanços, entre eles a coleta de assinaturas para o abaixo-assinado para o projeto de emenda constitucional e proposta de trabalhar com a defensoria dativa. "A OAB sinalizou que está aberta a esse tipo de negociação", declarou.

Mais carentes

A efetivação de um serviço de qualidade, treinado para atender a população carente, foi defendida deputado Kennedy Nunes (PP).

O deputado Darci de Matos (DEM), por sua vez, destacou a importância da realização de audiências públicas para discutir o tema. "Ficou claro que em um ponto há consenso: fazer com que as pessoas mais carentes tenham acesso à Justiça. O trabalho que a Defensoria Dativa vem fazendo é muito bom, mas a Defensoria Pública seria mais uma alternativa", observou.

Gaspar cobra ajuda para reconstrução

Moradores de município atingido pelas chuvas de novembro reivindicam obras de infraestrutura e moradias para desabrigados em audiência pública na Câmara de Vereadores

Fotos: Miriam Zomer



Fórum de Solidariedade e pela Reconstrução das Cidades Atingidas pelas Enchentes promove audiência pública

Denise Arruda Bortolon

A Assembleia Legislativa, por intermédio do Fórum de Solidariedade e pela Reconstrução das Cidades Atingidas pelas Enchentes e Deslizamentos, realizou audiência pública para discutir a reconstrução de Gaspar, que também teve graves prejuízos com a tragédia climática de novembro de 2008.

A reunião, dia 28, no auditório da Câmara de Vereadores, atraiu cerca de 120 pessoas. A comunidade reivindica obras de infraestrutura e casas para as 31 famílias, que ainda estão em abrigos públicos. Outros três municípios atingidos pela catástrofe também serão pauta de audiência pública nos próximos dias: Camboriú, Luis Alves e Blumenau.

O fórum atendeu ao reque-

rimento dos vereadores petistas Antônio Carlos Dalsochio, Jorge Luis Wiltuschni e José Amarildo Rampelotti. O objetivo dos vereadores é dar respostas à população que cobra dos representantes municipais obras de recuperação e reconstrução, prometidas e ainda não cumpridas por falta de recursos que deveriam ter sido repassados pelos governos federal e estadual.

Entre as principais reclamações, estão a falta de recursos para obras de dragagem dos rios, abertura de ruas e rodovias, com a retirada de barreiras, falta de terrenos para a reconstrução de novas casas para os desabrigados e o desamparo por conta das autoridades.

A presidente do fórum, deputada Ana Paula Lima (PT), informou

que no dia 27, depois de cumpridas as exigências, o governo federal depositou R\$ 27 milhões nas contas do governo estadual para obras de reconstrução nos municípios. Ela disse que até dia 1º de maio podem ser depositados mais R\$ 55 milhões, após o governo estadual reapresentar os projetos relativos à catástrofe de 2008 na rubrica "reconstrução" e não "prevenção".

Ana Paula explicou que as obras serão realizadas pela Secretaria de Estado da Infraestrutura (Deinfra). Serão destinados R\$ 31 milhões para todos os municípios atingidos, dos quais R\$ 16 milhões para a reconstrução de pontes; R\$ 11 milhões para a reconstrução de prédios públicos; R\$ 14 milhões para rodovias estaduais e R\$ 11,6 milhões para a construção de casas.

Governo presta contas de recursos

O representante do governo do Estado, secretário de Desenvolvimento Regional de Blumenau, Paulo França, apresentou dados do que já foi feito e o que ainda será feito por parte do Estado. Segundo ele, Gaspar recebeu R\$ 1,3 milhão para a reconstrução de três escolas estaduais, que já estão em operação. Para a saúde foram destinados R\$ 1 milhão.

Em recursos emergenciais foram destinados R\$ 1,7 milhão ao município logo após o desastre, dos quais R\$ 300 mil foram para a retirada de barreiras realizadas neste ano.

O deputado Jean Kuhlmann (DEM) afirmou ter noção do que já

foi feito e o que a sociedade pode fazer no sentido de reivindicar mais. "Tenho certeza de que tudo o que foi feito ainda é pouco, mas com a união de todos vamos buscar o que é direito da população. Todos temos o direito de sermos tratados com dignidade e buscar a melhoria pela cidade de Gaspar", declarou.

Seu colega de Parlamento, deputado Ismael dos Santos (DEM), prometeu acompanhar as reclamações que já foram feitas. "Este é o momento de reacendermos as esperanças com indignação pela morosidade dos governos, mas coragem para dizer que podemos e vamos dar a volta por cima", incentivou.



Cerca de 120 pessoas participam da reunião na Câmara de Vereadores

Bancada do PMDB comemora 43 anos

A maior bancada da Assembleia Legislativa, o PMDB, comemorou, dia 22, os seus 43 anos de fundação destacando como principal feito a luta pela redemocratização do país. A executiva catarinense, criada em abril de 1966, comanda o governo do Estado, da Capital e tem o maior número de prefeituras catarinenses, conforme destacou o líder da bancada, deputado Antônio Aguiar.

De acordo com o deputado, o PMDB, na última eleição, foi o único partido que em Santa Catarina ultrapassou a marca de um milhão de votos. "Elegemos 110 prefeitos e 844 vereadores. Contando com os vice-prefeitos, o partido está presente em 144 administrações municipais. Isso mostra a força e o caráter da sigla", disse.

Aguiar ainda lembrou que o

PMDB, antigo MDB, só alterou seu nome em 1980, com o fim do bipartidarismo. "O MDB e o PMDB fizeram e fazem história em Santa Catarina e no Brasil. A sigla nunca abriu mão de suas tradições democráticas e políticas públicas que visam o bem-estar da população", completou.

A deputada peemedebista Ada De Luca também falou sobre o surgimento da sigla no Estado. "O MDB sempre nos orgulhou pela sua história. Testemunhei e arregacei as mangas para a construção do partido no estado. Tivemos participação decisiva em campanhas como a da Anistia e das Diretas Já, que era o clamor do povo", afirmou. Os representantes peemedebistas nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas, na Câmara e no Senado

Federal também foram lembrados pela parlamentar como peças importantes na história do PMDB.

Após os discursos em plenário, a comemoração seguiu para a Sala de Imprensa, onde estavam alguns dos principais nomes do partido no estado para cantar parabéns.

O prefeito da Capital, Dário Berger (PMDB), afirmou que encontrou harmonia e dedicação na sigla. "Sou um dos integrantes mais novos do partido. Encontrei braços amigos, razão pela qual venho aqui reverenciar esse momento." Também estavam presentes o presidente do partido na Capital, Adriano Zanotto, o vereador de Florianópolis, Gean Marques Loureiro (PMDB), e a deputada Professora Odete de Jesus (PRB).

Colônia de Pescadores pede mudanças na tainha

Na reunião da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa, dia 29, a Colônia de Pescadores Z-11, de Florianópolis pediu que o Parlamento ajude a revogar a Portaria nº 171 do Ibama, de 2008, válida para a pesca da tainha em 2009.

A portaria impede que as embarcações de pesca artesanal operem a menos de 1.800 metros da praia, o que, segundo Ari Santana, presidente da Z-11, causa transtornos e prejuízos aos pescadores.

Os pescadores querem que sejam aplicadas as normas da portaria anterior, que estabelece em 800 metros a distância do balizamento. "Queremos que a federação dos pescadores faça as demarcações e o balizamento nas áreas de maior atrito com as colônias de pescado-

rese e as partes envolvidas", declarou Santana.

A pesca da tainha começa no próximo dia 15 de maio e, para evitar confrontos, a Federação dos Pescadores de Santa Catarina solicitou ao Ibama, através da comissão, o fornecimento de 300 bóias para a sinalização.

Com essas bóias e a demarcação dos 800 metros, teremos uma pesca tranquila, impedindo atritos entre a pesca de malha e a de rede de arrastão de praia", afirmou o presidente da entidade, Ivo da Silva.

O superintendente do Ibama em Santa Catarina, Américo Turnês, disse que o órgão vai trabalhar de forma efetiva na fiscalização. Para o deputado Edison Andrino (PMDB), o balizamento deve ser feito de acordo com cada região.

PLENÁRIO



Carlos Killian

Aplaudido pelos deputados, vice-presidente da Rede Independência de Comunicação recebe placa de Nilson Gonçalves

Parlamento presta homenagem a Marcelo Petrelli

O empresário Marcello Corrêa Petrelli foi homenageado com a entrega de uma placa da Assembleia Legislativa na sessão ordinária do dia 22. Petrelli venceu o prêmio "Personalidade de Vendas ADVB 2009", em março deste ano. O proponente da homenagem, deputado Nilson Gonçalves (PSDB), destacou que Petrelli foi o primeiro empresário do ramo da comunicação a receber o título.

O homenageado é vice-presidente da Rede Independência de Comunicação (RIC Record SC), afiliada à Rede Record e com emissoras em Florianópolis, Blumenau, Joinville, Itajaí, Chapecó e Xanxerê; da Record News em Santa Catarina, do Jornal Notícias do Dia Florianópolis e do Jornal Notícias do Dia Joinville.

Conforme relatou Gonçalves, o

empresário disputou a indicação com mais quatro empresários: Guido Bretzke (Bretzke Alimentos), Natanael Santos de Souza (First S/A), Nilson José Berlanda (Lojas Berlanda) e Vicente Donini (Marisol), e escolhido em votação com a participação de lideranças empresariais e políticas, e de representantes dos segmentos de comunicação, propaganda e marketing. "Tive a iniciativa de oferecer esta singela homenagem, em nome do Legislativo catarinense, porque esta indicação é muito importante, já que Petrelli é o primeiro homem da comunicação a receber este prêmio", justificou.

Para Marcelo Petrelli, um prêmio como este aumenta a responsabilidade de quem o recebe. "Estamos pensando em uma forma diferente de comunicação,

vendendo autoestima e um estado de qualidade", justificou.

Ele creditou sua vitória aos colaboradores, acionistas e funcionários da RIC, além dos telespectadores e leitores da empresa de comunicação. "Considero-me um vendedor do bem, da esperança dos catarinenses, da boa ética e da boa informação", declarou.

O presidente da Casa em exercício, deputado Gelson Merísio (DEM), justificou a ausência do presidente Jorginho Mello (PSDB), que estava em Brasília participando de uma audiência sobre o Código Ambiental de Santa Catarina. "Um prêmio como este é dado por toda a equipe que democratiza a informação. A Casa será sempre aliada das boas informações e notícias divulgadas aos catarinenses", finalizou.

Cardozo assume vaga de Grandó

Joinville tem mais um representante no Parlamento. Tomou posse dia 28 o deputado José Cardozo – Cardozinho (PPS), no lugar do deputado Sérgio Grandó (PPS). A troca de deputados segue um rodízio estabelecido pelo partido. Natural de Ibirama, Cardozinho, que é administrador de empresas, ingressou na política nos anos 90 e por duas vezes foi vereador em Joinville. "Agradeço ao meu partido por me dar essa oportunidade. Estou aqui para somar", disse.



Cardozinho substitui Grandó

[GABINETES]

ARTIGO 171

O deputado Pedro Uczai (PT) confirmou o lançamento de dois editais da Secretaria de Estado da Educação para a concessão de novas bolsas de estudo nas universidades catarinenses. Os recursos são oriundos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes), criado com a regulamentação do Artigo 171, ocorrida a partir de um projeto de lei do deputado Pedro Uczai e incorporado pelo governo do Estado em 2008.

Os editais lançados em abril foram encaminhados às Instituições de ensino superior credenciadas e autorizam a seleção de alunos para dois tipos de bolsa de estudo: um deles voltado a alunos com dificuldade financeira matriculados em cursos presenciais de graduação, a exemplo do Artigo 170; e outro destinado a bolsas para projetos de pesquisa e extensão. (Vagner Dalbosco)

OBRAS HÍDRICAS

O secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), Onofre Agostini, anunciou dia 28, que está disponibilizando R\$ 1 milhão para o projeto de obras hídricas no rio do Braço, em Joinville, atendendo uma solicitação do deputado Darci de Matos (DEM). Conforme Agostini, assim que o Projeto Técnico e o Plano de Trabalho forem encaminhados para a SDS a verba será liberada.

Darci de Matos explica que "a limpeza do rio do Braço é uma antiga reivindicação dos moradores que vivem nas suas proximidades. Com a realização destas obras, com certeza, haverá uma redução nas enchentes dos bairros Jardim Sofia, Jardim Kelly e na região da Univille". (Domingos Miranda)

RECURSOS PARA SECA

O deputado Dirceu Dresch, líder do PT, apresentou moção solicitando ao Ministério da Integração Nacional a liberação urgente de pelo menos R\$ 100 mil aos municípios catarinenses que decretaram situação de emergência devido à seca. O parlamentar argumenta que os recursos vão auxiliar as prefeituras a garantir o fornecimento de água às propriedades rurais.

No dia 16, Dresch esteve em Brasília discutindo a questão da estiagem com a secretária nacional de Defesa Civil, Ivone Maria Valente, e com o coordenador-geral da Secretaria Nacional de Defesa Civil, coronel Wilson Pereira. (Edson Junkes)

PENITENCIÁRIA

Por proposição do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), a Penitenciária Estadual de São Pedro de Alcântara tem novo nome. A estrutura, pertencente à Secretaria de Estado de Segurança Pública, passa a se chamar agora Complexo Penitenciário do Estado. A lei 14.676 foi sancionada em 17 de abril, pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). De acordo com o parlamentar, a mudança do nome busca a preservação histórica e cultural do município de São Pedro de Alcântara, a primeira colônia alemã de Santa Catarina. (Vandrei Bion)

APROVADOS

Suco de uva na merenda

A inclusão do suco de uva produzido em Santa Catarina na merenda escolar foi aprovada dia 24. O Projeto de Lei nº 348/08, do deputado Pedro Baldissera (PT) tem objetivo de garantir a melhoria da qualidade da alimentação dos estudantes, porque o suco possui um antibiótico natural chamado resveratrol, ótimo no combate aos radicais livres e a hipertensão. O antibiótico é produzido pela videira. O consumo contínuo tem efeito antiplaquetário, inibindo a formação de trombos, que obstruem as artérias.

Livros didáticos

Os deputados aprovaram na mesma sessão o PL nº 35/08, de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT), que estabelece que as escolas particulares de educação básica (educação infantil, fundamental e médio) de Santa Catarina, ao adotarem livros didáticos, apostilas e/ou similares, deverão cumprir o prazo de utilização mínimo de quatro anos letivos. O projeto determina que o material só poderá ser substituído após cumprido este período e que as escolas particulares de educação básica organizarão anualmente Feira de Troca de Livro Didático, oportunizando aos pais e alunos o acesso mais econômico ao material.

Festa das Flores

Foram aprovados também no dia 24 o PL nº 20/09, do deputado Jailson Lima (PT), que declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Atletismo (FCA); o PL nº 66/09, do deputado Darci de Matos (DEM), que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado a Festa das Flores, em Joinville; e o PL nº 357/08, do deputado Gelson Merísio (DEM), que também declara patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado a Banda de Música do 2º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina.

INSTITUCIONAL

Em busca de soluções integradas

Assembleia Legislativa e Bloco Brasileiro da UPM promovem encontro Sul-americano na capital

Cerca de 1.500 caminhões passam por dia pelo túnel que liga a Argentina ao Chile. Entretanto, a alfândega argentina, hoje situada em Punta de las Vacas, alto da Cordilheira dos Andes, atende somente 30 desses veículos por vez. Durante o inverno, a neve bloqueia o túnel e torna-se vilã dos que esperam a liberação da passagem, já que o local não possui infraestrutura ou serviço médico que atenda a esses trabalhadores, levando muitos caminhoneiros doentes à morte.

Este é um dos principais problemas que entram na pauta do Encontro da Integração Sul-Americana na Saúde, nas Questões Aduaneiras e na Legislação de Trânsito, que acontece entre 7 e 9 de maio, no CentroSul, em Florianópolis. O evento é uma realização da União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul - UPM (Bloco Brasileiro) em parce-



Elizeu: ações concretas

ria com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Para o presidente do Parlamento catarinense, deputado Jorginho Mello (PSDB), o encontro é fundamental para buscar soluções às inúmeras dificuldades enfrentadas pelos países participantes: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Venezuela. "A realidade sul-americana é complexa e exige unificação de esfor-

ços para superar os obstáculos à integração", destaca. Já o presidente do Bloco Brasileiro da UPM, deputado Elizeu Mattos (PMDB), acredita que a importância dos temas do encontro levarão os parlamentares à busca de ações concretas. "Um dos pontos discutidos será a troca da aduana do túnel na Cordilheira dos Andes de Punta de las Vacas para Uspallata, na província de Mendoza, local que possui infraestrutura para atender os caminhoneiros que precisam ficar na cidade."

Segundo o assessor da Comissão de Relações Institucionais, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul da Assembleia Legislativa, coordenador do Bloco Brasileiro da UPM e diretor de Articulação Política da UPM, Flávio Monteiro, todos os assuntos a serem discutidos são de relevância aos países participantes, como a saúde.

Criação de cooperativas médicas em pauta

Uma das propostas é que o plano de saúde Unimed - Mercosul, criado no Brasil, estenda-se a todos os países da UPM. "Além disso, será discutida a criação de cooperativas médicas", ressalta Flávio.

Na questão do trânsito, o debate vai acontecer em torno da padronização da legislação nos países da UPM.

Outra proposta do Bloco Brasileiro é que as práticas aduaneiras dos cinco países envolvidos sejam

como no Brasil, onde a averiguação alfandegária somente acontece na entrada ou saída do país. Hoje, na Argentina, por exemplo, cada província tem uma legislação diferente.

Durante o encontro, está programada para o dia 7 de maio uma reunião do Comitê Coordenador do Fórum do Corredor Bioceânico Central (FCBC), que tratará da ligação dos oceanos Pacífico e Atlântico através do Porto Val

Paraíso (Chile) à costa atlântica sul-americana. A reunião foi decidida no 8º FCBC, nos últimos dias 2, 3 e 4, em Villa Mercedes, província de San Luis, Argentina.

O Encontro da Integração Sul-Americana na Saúde, nas Questões Aduaneiras e na Legislação de Trânsito tem apoio da Unimed - Mercosul e da NTC & Logística. As inscrições devem ser realizadas exclusivamente através do site www.alesc.sc.gov.br.

Ideias do Parlamento Europeu

A missão oficial do presidente da Comissão de Relacionamento Institucional e Mercosul, deputado Renato Hinnig (PMDB), ao Parlamento Europeu, com sede em Bruxelas (Bélgica), em abril, rendeu idéias de organização para o bloco comercial da América do Sul. Bruxelas sedia as sessões especiais e extraordinárias, e a Strasbourg (França), as sessões plenárias.

O parlamentar conheceu as quatro instâncias de decisão da União Européia, bloco econômico composto de 27 países. As visitas foram feitas ao Conselho da União Européia, formado por um ministro de cada país nas respectivas áreas de atuação.

A Comissão Européia tem a missão de preparar os projetos de lei comuns aos 27 países e que serão deliberados pelo Parlamento Europeu. Este é formado por representantes dos países, organizados por afinidade ideológica.

A comissão também atua como braço executivo, aplicando e fiscalizando as leis e gerindo os fundos financeiros. E por último, o Tribunal de Justiça da Comunidade Européia, que busca garantir a equidade



Hinnig: bloco harmônico

na interpretação e aplicação das leis.

Mercosul

Da experiência trazida da Comunidade Européia, Hinnig espera que o Mercosul possa se espelhar na construção de um bloco harmônico e com legislação comum aos países membros. Ele defende que isso trará o fortalecimento do bloco que não pode se isolar em tempos de economia globalizada.

Hinnig também anunciou que em 2010, pela primeira vez, haverá eleições diretas para o Parlamento do Mercosul e defende que o Brasil tenha uma representação condizente com seu território de proporção continental.



Integração Sul-Americana
na saúde, nas questões aduaneiras
e na legislação de trânsito

Dias 7, 8 e 9 de maio de 2009
Centro de Convenções CentroSul

Av. Gustavo Richard, s/n - Baía Sul - Centro
Florianópolis - Santa Catarina

Inscrições:
www.alesc.sc.gov.br

informações:
48 3223.4647



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA